



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

1 Aos treze dias do mês de junho do ano de 2016, às 14 horas em segunda chamada, no auditório  
2 do Parque Nacional de Aparados da Serra, atendendo convocação do Presidente dos Conselhos,  
3 conforme Regimento Interno, estiveram reunidos os seguintes membros do Conselho Consultivo:  
4 Sr. Eduardo Bernardino (Guia Aparados da Serra), Sr. Antônio Jose Porto (SPR de Jacinto  
5 Machado/SC), Sra. Aline Matias Bernardo (Secr. Mun. Turismo de Jacinto Machado/SC), Sra.  
6 Joice Silveira de Aguiar (Secr. Mun. Turismo de Praia Grande/SC), Sra. Rosevane Monteiro  
7 Souza (Secr. Mun. Turismo de Cambará do Sul/RS), Sr. Edison Belletini (Fiscal de Tributos  
8 Prefeitura de Praia Grande/SC), 1º Sgto. Jeferson Zanini (3º BABM/Canela/RS), Sr. Gustavo  
9 André Paschoal (Refúgio da Pedra Afiada), Sr. Andrews Ernesto Mohrs (APARADOSTUR), Sr.  
10 Joares Recco Furlanetto (Assoc. Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo), Sr.  
11 Deonir Geolvane Zimmermann (Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra  
12 Geral/ICMBio), Sr. Paulo Eduardo Macedo Ferretti (COMTUR Cambará do Sul/RS) e Sra.  
13 Eridiane Lopes da Silva (Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral/ICMBio). A  
14 pauta descrita na convocação e tratada nesta reunião foi: [1] **Apresentação de proposta de**  
15 **Capacitação para os Conselhos Consultivos, conforme planejamento em conjunto com a**  
16 **Coordenação Regional do ICMBio/Florianoópolis,** [2] **Renovação dos Conselhos Consultivos**  
17 **(apresentação de proposta de renovação de portaria),** [3] **Discussão sobre quadro**  
18 **institucional, reformas administrativas e situação financeira,** e [4] **Assuntos Gerais.** A  
19 reunião iniciou com a leitura da ata da reunião anterior (março/2016), sendo ressaltado pelo  
20 Presidente deste Conselho que a principal parte a ser revisada no texto da minuta da ata  
21 correspondia à parte em que o conselho definiu uma resolução, porém não redigiu seu texto,  
22 ficando ao encargo de quem redigisse a ata escrever o texto de tal resolução. O texto contido na  
23 minuta continha a seguinte redação: “*Sugerir ao ICMBio que formalize a instituição de ordem de*  
24 *serviço para que a equipe técnica das duas Unidades de Conservação inicie processo de revisão*  
25 *do plano de manejo, considerando o relatório de implementação de ações e áreas estratégicas*  
26 *apresentado pela gestão da UC, no âmbito da Ação Civil Pública que determina a execução do*  
27 *plano de manejo em vigor*”. Foram feitas algumas ponderações e o texto final desta resolução do  
28 Conselho ficou redigido da seguinte forma: “*Solicitar ao ICMBio que formalize a instituição de*  
29 *uma Ordem de Serviço para que a equipe técnica das duas Unidades de Conservação inicie*  
30 *processo de revisão do plano de manejo, considerando o relatório de implementação de ações e*  
31 *áreas estratégicas apresentado pela gestão da UC, no âmbito da Ação Civil Pública que*  
32 *determina a execução do plano de manejo em vigor*”. Foi questionado pelos presentes como se  
33 daria o rito após a publicação pelo ICMBio da Ordem de Serviço a que se refere esta resolução.  
34 Foi esclarecido que saindo a Ordem de Serviço dizendo quem tem a obrigação legal de fazer a  
35 revisão do Plano de Manejo dos Parques, estes servidores terão que pegar o Plano de Manejo e  
36 começar a analisá-lo detalhadamente, apontando as necessidades de alterações e as justificativas  
37 de porque precisam ser feitas. Este resultado da análise deve ser apresentado e submetido à  
38 avaliação do Conselho dos Parques, que aprovará seu texto ou proporá novas alterações. A partir  
39 do momento em que o texto final da proposta de alteração do Plano de Manejo dos Parques  
40 Nacionais for aprovado pela plenária do Conselho, este documento é encaminhado então para  
41 Brasília para ser analisado pela Coordenação Geral responsável pelos Planos de Manejo das  
42 unidades de conservação federais e então é encaminhado para a análise pelo Setor Jurídico. Só  
43 então o texto aprovado pelo Jurídico segue para a Presidência do ICMBio para assinatura e  
44 publicação da alteração no Diário Oficial da União. As alterações no Plano de Manejo dos  
45 Parques somente entrarão em vigor após sua publicação no Diário Oficial da União. Foi



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

46 questionado pelos conselheiros (Ferretti) qual seria a previsão de prazo para que a presidência do  
47 ICMBio respondesse à solicitação contida nesta resolução, ou seja, para publicar a Ordem de  
48 Serviço, ao que os servidores do Parques responderam que neste momento não seria possível  
49 avaliar este prazo visto que na sexta anterior havia sido publicada a exoneração do Sr. Cláudio  
50 Maretti da Presidência do ICMBio, mas até o momento ainda não havia sido publicada a  
51 nomeação do novo presidente deste instituto. Deonir então esclareceu que o ICMBio adotou um  
52 novo sistema de gestão de documentos chamado “SEI – Sistema Eletrônico de Informações”,  
53 onde todos os processos e documentos passam a ser criados e movimentados on-line, o que  
54 significa que assim que for criado o documento encaminhando a resolução do Conselho, este  
55 poderá ser monitorado on-line pelos conselheiros, permitindo que tenham um controle melhor  
56 sobre as demandas do Conselho. Ficou acordado que posteriormente os analistas dos parques  
57 informarão aos conselheiros como é possível realizar a consulta aos documentos a partir de  
58 acesso externo ao ICMBio. Foi questionado pelos presentes (Andrews) se o documento do  
59 Ministério Público Federal dentro da Ação Civil Pública citada determina prazo para o ICMBio  
60 implementar o Plano de Manejo, ao que Deonir esclareceu que ela apenas determina que seja  
61 implementado sem fixar prazo para isto, porém a cobrança é “eterna”, ou seja, é refeita de  
62 tempos em tempos até que a implementação seja efetuada. Deonir então atualizou os  
63 conselheiros quanto às ações posteriores ao relatório que eles receberam e a que a reunião de  
64 março/2016 se referia, informando que o Ministério Público encaminhou uma série de quesitos  
65 para o ICMBio responder, mas nada indicando qual seria o entendimento deles em relação à  
66 necessidade ou não de revisão do Plano de Manejo dos Parques. Deonir seguiu relatando que o  
67 Ministério Público focou seus questionamentos em aspectos do Plano de Manejo que foram  
68 considerados mais relevantes no julgamento dos procuradores, e que ele então elaborou uma  
69 Nota Técnica respondendo a estes questionamentos. Ele também informou que existe uma  
70 possibilidade de que venha da justiça uma decisão sobre a necessidade de revisão do Plano de  
71 Manejo dos Parques, principalmente obrigando ao ICMBio que priorize a execução de algumas  
72 ações em detrimento de outras, conforme o grau de importância dado pela justiça. Os presentes  
73 (Andrews) questionaram se o fato do texto da resolução do conselho fazer referência ao relatório  
74 de implementação de ações e áreas apresentado no âmbito da Ação Civil Pública não faria com  
75 que corrêsemos o risco de que a revisão do Plano de Manejo ficasse restrita apenas a estas ações  
76 e áreas estratégicas, impossibilitando a revisão de outros aspectos do Plano. Ao que Deonir  
77 explicou que a questão principal na resolução do conselho é a solicitação de que o ICMBio inicie  
78 a revisão do Plano de Manejo. Ele reiterou que vem sendo feito o monitoramento da  
79 implementação deste Plano, mas que apenas esta monitoria não tem condições de atender à  
80 gestão e implementação do mesmo, o que justifica a necessidade de revisão do Plano de Manejo  
81 dos Parques e de alterações no zoneamento destas Unidades de Conservação. Ele citou o fato do  
82 alojamento de pesquisadores estar previsto no Zoneamento para ser implementado na Hospedaria,  
83 mas que esta exige um volume de recursos para sua reforma que equivaleria aos custos de  
84 construção de um prédio novo, bem como a localização atual não tem cobertura de sinal de  
85 celular ou internet 3G, enquanto que após a publicação do Plano de Manejo atual houve a  
86 incorporação de novos prédios aos Parques através de Regularização Fundiária e que alguns  
87 deles seriam adequados a este papel (alojamento de pesquisadores), porém hoje não poderiam ter  
88 esta destinação porque estão em outro zoneamento. A seguir, foi dada continuidade à leitura da  
89 ata da reunião ordinária realizada em março/2016, a qual, após pequenas alterações foi aprovada  
90 pelos presentes. A seguir, Deonir apresentou aos conselheiros a analista ambiental Eridiane



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

91 Lopes da Silva, que a partir de abril/2016 está lotada nos Parques Nacionais de Aparados da  
92 Serra e da Serra Geral e que passará a conduzir várias atividades relacionadas ao Conselho dos  
93 Parques. O presidente do Conselho passou a tratar então do primeiro assunto de pauta desta  
94 reunião: **[1] Capacitação dos Conselheiros** – Deonir registrou que há cerca de 12 meses o  
95 conselho vem falando sobre a capacitação, explicou que a vinda do coordenador regional da  
96 CR9/ICMBio/SC que estava prevista para abril não foi possível, então a CR9 apresentou uma  
97 proposta de realizar uma capacitação com 04 (quatro) dias de duração a ser realizada em  
98 julho/2016, mas por ser alta temporada de visitação foi sugerido que se realizasse em agosto,  
99 porém a Sra. Carolina Alvite, que é a servidora da CR9/ICMBio que está responsável por  
100 coordenar esta capacitação de conselheiros, saiu em licença por 03 (três) meses para participar de  
101 uma capacitação e só retorna ao trabalho em setembro/2016. O presidente do conselho explicou  
102 que a expectativa é de realizar a capacitação dos conselheiros dos parques a partir de setembro  
103 deste ano. Então foi realizada a consulta à plenária do conselho quanto ao formato desta  
104 capacitação, porque a Sra. Carolina Alvite necessita 04 (quatro) dias, sendo 02 (dois) para  
105 trabalhar a renovação do Conselho, bem como responder às perguntas “01) *Quem somos?* 02)  
106 *Que expectativas temos com relação aos objetivos de conservação da UC?* 03) *Onde estão os*  
107 *conflitos dos nossos interesses com os objetivos da UC?* 04) *Como abordar o Plano de Manejo*  
108 *de forma efetiva?”* e 02 (dois) dias para elaborar com os conselheiros o Plano de Ação do  
109 Conselho dos Parques. Foram apresentadas à plenária duas opções: (a) fazer a capacitação em  
110 um único módulo de 04 (quatro) dias seguidos ou (b) fazer a capacitação em 02 (dois) módulos  
111 de 02 (dois) dias seguidos cada um. O Sr. Andrews ponderou que a capacitação deveria ser  
112 realizada após a renovação do Conselho, sob o risco de realizá-la antes e na renovação entrarem  
113 outros membros que não foram capacitados. Deonir esclareceu que a renovação deve ocorrer a  
114 cada 2 anos, mas que este prazo pode ser estendido para atender às demandas de capacitação e  
115 busca de mecanismos para melhorar o funcionamento do conselho. Em outras palavras, não há  
116 um impedimento legal para que a renovação ocorra alguns meses após os 02 (dois) anos da  
117 nomeação da gestão atual do Conselho, visto que este atraso estaria diretamente relacionado a  
118 melhoria no mecanismo de renovação deste Conselho. Ele seguiu esclarecendo que a ideia do  
119 ICMBio é realizar a capacitação tendo como público alvo os atuais conselheiros e os membros  
120 interessados em fazer parte da nova gestão do Conselho dos Parques, permitindo às entidades  
121 que avaliem previamente à renovação propriamente dita se realmente tem interesse em participar  
122 da nova gestão do Conselho. Foi comentado que todas as últimas 04 (quatro) reuniões do  
123 Conselho ocorreram com quórum mínimo para formação da assembleia, o que mostra a baixa  
124 participação de algumas das instituições que compõem a atual gestão. A proposta aprovada pelos  
125 conselheiros foi a de realizar um módulo de 02 dias para efetivar a renovação do conselho,  
126 encaminhar a portaria de renovação do Conselho para publicação e, após publicada, já com a  
127 composição da nova gestão, fazer o segundo módulo de 02 (dois) dias no qual será elaborado o  
128 Plano de Ação do Conselho para a nova gestão. Deonir esclareceu que as datas para a realização  
129 de cada módulo dependem da disponibilidade da Sra. Carolina Alvite poder vir aos Parques.  
130 Quanto ao local da capacitação será em alguma das estruturas do Parque Nacional de Aparados  
131 da Serra a ser definida posteriormente. Concluída a primeira pauta, foi passado para a pauta  
132 seguinte desta reunião ordinária: **[2] Renovação do Conselho** – o prazo de dois anos da gestão  
133 atual vence nesta reunião de junho/2016. Até o momento duas entidades manifestaram o  
134 interesse em fazer parte da nova gestão, sendo elas a AETURCS, que já foi membro deste  
135 Conselho, e a APARADOSTUR, associação criada recentemente a partir das pessoas e empresas



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

136 que vinham se reunindo na Câmara Técnica de Fomento ao Turismo nos Parques Nacionais de  
137 Aparados da Serra e da Serra Geral, Câmara Técnica deste Conselho. Foi manifestado o interesse  
138 dos Quintais de Cambará em integrar a nova gestão do Conselho dos Parques, ao que Deonir  
139 informou que os responsáveis pelos Quintais devem encaminhar ao gestor dos parques uma  
140 manifestação formal de interesse. Foi informado o interesse do Conselho Municipal de Turismo  
141 de Jacinto Machado em compor a nova gestão do Conselho, sendo informado por Deonir que o  
142 COMTUR deverá encaminhar ao gestor dos parques uma cópia da lei que cria o COMTUR, uma  
143 cópia da ata ou portaria ou outro documento legal com a composição atual do COMTUR e de  
144 sua direção e um ofício manifestando o interesse em participar do Conselho dos Parques  
145 Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. No caso das Associações e dos Quintais de  
146 Cambará, deverão encaminhar ao gestor dos Parques uma cópia do estatuto de criação, da ata de  
147 criação e da ata de nomeação da direção atual e um ofício da entidade manifestando este  
148 interesse. No caso da AETURCS, como já fez parte do Conselho dos Parques, deve encaminhar  
149 um ofício manifestando interesse em voltar a fazer parte do Conselho e uma cópia da ata com a  
150 nomeação da nova direção, bem como do documento legal com a atual composição desta  
151 Associação. No caso de empresas é possível fazer a candidatura através do encaminhamento de  
152 ofício manifestando interesse, o que será avaliado pela assembleia do conselho atual se poderá  
153 compor ou não a próxima gestão. Deonir explicou que as instituições que poderão compor a  
154 próxima gestão do Conselho dos Parques devem obedecer à estrutura definida no Regimento  
155 Interno deste Conselho e que a nova portaria deverá definir quais são os setores que vão estar  
156 representados e o número de vagas de cada um, mas a composição de representantes em cada  
157 setor é definida durante a Assembleia do Conselho dos Parques. Deonir mencionou que, sendo  
158 publicada uma portaria em que, por exemplo, define que o Setor de Turismo terá 04 (quatro)  
159 representantes, fica o indicativo de que durante a Assembleia de Renovação os conselheiros terão  
160 que escolher entre os candidatos àquelas vagas quais serão as quatro entidades que farão parte da  
161 nova gestão do Conselho dos Parques. A definição de quem fica como titular e quem fica como  
162 suplente deverá ser feita durante a assembleia do conselho, em negociação entre as entidades  
163 daquele setor que tiver mais candidatos do que vagas, apenas informando aos demais presentes  
164 qual foi a conclusão do setor ao fim destas negociações. Deonir ponderou que a próxima reunião  
165 do conselho é em setembro, certamente antes do primeiro módulo de capacitação. Após a reunião  
166 ordinária de setembro, ocorrerão os primeiros 2 dias da capacitação, publica-se o edital de  
167 renovação do Conselho com as vagas de cada setor, o que permitiria realizar a Assembleia de  
168 Renovação propriamente dita na Reunião Ordinária de dezembro e aí deixaríamos o segundo  
169 módulo de capacitação, que é aquele em que será elaborado o Plano de Ação do Conselho, para  
170 executar no início de 2017. O Sr. Paulo Eduardo Ferretti lembrou aos presentes que desta forma  
171 o Plano de Ação do Conselho seria elaborado após as alterações nos governos municipais, visto  
172 que temos eleições para prefeito e vereador no segundo semestre de 2016, e já contaríamos com  
173 os representantes das prefeituras indicados pelas novas gestões municipais. Os presentes  
174 manifestaram preocupação com a troca de representantes das prefeituras durante o processo de  
175 capacitação e renovação, visto que são 03 prefeituras cada uma com 02 secretarias municipais  
176 com assento no Conselho dos Parques, ou seja, até 06 pessoas que entrariam em 2017 no  
177 Conselho sem ter passado pela capacitação. Foi questionado se a servidora que fará a capacitação  
178 ficará no parque ou se vem de outra unidade, ao que Deonir informou que ela está lotada em  
179 Florianópolis/SC e viria apenas para a capacitação, retornando à CR9/ICMBio/SC logo após.  
180 Ressaltou-se a importância dos conselheiros que entrarem no início de 2017 também receberem a



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

181 capacitação, ao que foi sugerido que estes passem por capacitação semelhante aos demais,  
182 oferecida pela analista Eridiane que está lotada nos parques. Ficou definido que a Assembleia de  
183 Renovação do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra  
184 Geral seja realizada na reunião ordinária prevista para dezembro de 2016. Concluído este item, o  
185 conselho passou a tratar o terceiro item da pauta desta reunião ordinária: [3] **Apresentar ao**  
186 **Conselho a situação atual dos Parques** – Deonir iniciou esclarecendo que o ICMBio estava  
187 desde dia 10 de junho sem presidente, embora haja a expectativa de que o Sr. Rômulo Mello, o  
188 qual já foi presidente do ICMBio até 2012, seja nomeado para este cargo nos próximos dias. Há  
189 uma série de Coordenadores da gestão anterior do Rômulo que já foi nomeada para voltar às  
190 coordenações do ICMBio nos últimos dias. O novo Diretor da DIMAN – Diretoria de Proteção e  
191 Manejo/ICMBio/DF, que cuida das ações de proteção, de revisão de plano de manejo, já foi  
192 nomeado. E há a probabilidade da volta da Sra. Silvana Canuto para a Diretoria de  
193 Planejamento/ICMBio/DF. Deonir ressaltou que o ICMBio ainda está no processo de renovação  
194 da administração da instituição, o que pode refletir em algumas mudanças de diretrizes e em  
195 algumas demoras no andamento de uma ou outra demanda encaminhada a este Instituto. Na  
196 gestão do Governo anterior estava sendo tratada a reestruturação administrativa do ICMBio,  
197 porém ainda não sabemos se a nova gestão irá dar prosseguimento ou não a esta ação. A  
198 reestruturação era uma exigência do Ministério de Planejamento do Governo Dilma. Ainda não  
199 sabemos se o Governo Temer dará prosseguimento a isto ou não. A reestruturação proposta pelo  
200 Governo Dilma previa corte de contratos e previa extinção de unidades administrativas. Como  
201 exemplo, os parques de Aparados e da Serra Geral são vinculados à Unidade Administrativa de  
202 Foz do Iguaçu, que executa a maioria de nossos contratos, mas havia a previsão de extinguir esta  
203 unidade em Foz e concentrar a administração dos contratos todos em Brasília/DF. Os parques  
204 hoje tem alguns contratos nacionais administrados por Brasília, como manutenção e  
205 abastecimento de veículos, internet, correios. Os contratos nacionais funcionam bem para alguns  
206 serviços, como o contrato de fornecimento de materiais de expediente, já para contratação de  
207 serviços temos encontrado algumas dificuldades, pois necessariamente estes contratos serão por  
208 lotes e aí o lote do Rio Grande do Sul pode cair para uma empresa lá do Norte do país,  
209 dificultando as relações trabalhistas e de fornecimento de materiais e EPI's entre os terceirizados  
210 contratados aqui no RS e a empresa contratante, localizada há bem mais de 1.000 km de  
211 distância. Os parques já passaram por esta experiência negativa com algumas empresas de  
212 limpeza. Deonir citou também a experiência negativa dos parques com o contrato nacional para  
213 fazer projetos de obras e reformas prediais. Focar em contratos nacionais é uma tendência da  
214 administração do ICMBio, caso siga a reestruturação iniciada no Governo Dilma. Deonir seguiu  
215 relatando que esta reestruturação também prevê a reunião de sedes administrativas e equipes de  
216 mais de uma Unidade de Conservação federal que estejam regionalmente próximas, criando  
217 Núcleos de Gestão Integrada – NGI's para administrar este grupo de UCs e reduzindo os custos  
218 com aluguel, telefone, gratificação de chefia, etc. Ele esclarece que este não seria o caso aqui dos  
219 Parques, uma vez que Aparados da Serra e Serra Geral já funcionam de forma integrada, tendo  
220 um único chefe, uma única sede, uma única equipe. Foi questionado como seria o corte nos  
221 contratos dos vigilantes dos parques ao que Deonir respondeu que seria um corte de 50% das  
222 vagas de todos os contratos, não apenas dos vigilantes, mas que com a mudança de Governo  
223 também não sabemos se o novo Governo dará continuidade a estes cortes ou não. Quanto à  
224 mudança de contrato de vigilante armado para porteiro, Deonir esclareceu que é uma mudança  
225 que irá acontecer, só não sabe ainda quando se efetivará, pois representa uma redução



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

226 considerável de custos para o ICMBio. O Sr. Andrews questionou se entre o fim de um contrato e  
227 a vigência do próximo não corremos o risco de que os parques fiquem um período sem vigilantes,  
228 sem limpeza, sem operadores de caixa, etc. O presidente do conselho informou que sim, mas que  
229 o conselho e as entidades devem estar atentas para fazer pressão sempre que houver riscos disto  
230 acontecer. Alguns conselheiros expressaram sua preocupação com a possibilidade de troca de  
231 chefia dos Parques, visto que entendem que isto significaria trocar um método de trabalho que  
232 eles (conselheiros) já conhecem e que dialoga com os conselhos e entidades, por outro que eles  
233 não sabem se daria à comunidade e às entidades a abertura para dialogar que vem sendo dada na  
234 gestão atual dos parques. Deonir entende que independente de haver ou não mudança na gestão  
235 dos parques, o Conselho já atingiu a maturidade necessária para cobrar de quem quer que esteja  
236 na chefia dos parques que seja mantida uma postura de diálogo e de parceria entre ICMBio e a  
237 comunidade local. Ele também esclareceu que ainda que haja uma mudança de chefia, a lotação  
238 dele está no Parque Nacional de Aparados da Serra e ele continuaria trabalhando aqui. O Sr.  
239 Paulo Ferretti questionou qual a situação dos contratos de fornecimento de materiais para os  
240 Parques, ao que Deonir informou que o material de limpeza tem sido entregue, mas com bastante  
241 atraso, que os terceirizados que atuam nos Parques ficaram trabalhando um mês sem que o  
242 salário deles fosse depositado pela empresa, e este mês estão com o salário atrasado novamente  
243 já fazem quatro dias. A empresa que presta serviço de atendimento ao público, recepcionista e  
244 motoristas já está há três meses sem receber pagamentos do ICMBio, ela já poderia se recusar a  
245 prestar os serviços por falta de pagamento, mas segue operando. Este mesmo contrato atende três  
246 das dez unidades de conservação com maior arrecadação do ICMBio em 2015: Parque Nacional  
247 de Aparados da Serra, Floresta Nacional de Passo Fundo e Parque Nacional da Lagoa do Peixe,  
248 sendo a arrecadação de Aparados recursos provenientes da visitação e Passo Fundo e Lagoa do  
249 Peixe proveniente de venda de madeira (pinus) retirada de dentro da Unidade de Conservação.  
250 O Sr Paulo Eduardo Ferretti explanou que conversou com o Prefeito de Cambará do Sul/RS a  
251 respeito de criação de um mecanismo legal para garantir que se os serviços prestados nos  
252 Parques Nacionais forem interrompidos, a prefeitura tenha como, emergencialmente e  
253 temporariamente, suprir o atendimento a estes serviços enquanto o ICMBio busca uma  
254 alternativa, garantindo assim a continuidade da visitação nos parques. Paulo concluiu  
255 informando que o Prefeito de Cambará se pôs à disposição para, caso isto ocorra, firmar uma  
256 parceria formal com o ICMBio, mas que neste momento não tem como preventivamente deixar  
257 assinado nenhum documento neste sentido. Deonir esclareceu que o Termo de Cooperação entre  
258 o município e o ICMBio deve estar pronto e assinado, para caso isto aconteça, a Prefeitura possa  
259 agir supletivamente com rapidez. Caso aguarde a situação ocorrer (interrupção dos serviços) para  
260 só então firmar o Termo, perderá muito tempo, pois estes termos precisam passar pelo Jurídico  
261 das duas instituições e normalmente demoram alguns meses entre propor o Termo e ter ele  
262 assinado, publicado e valendo. O Sr. Brugnera se posicionou quanto à importância de que a  
263 APARADOSTUR e outras entidades firmem logo estes Termos de Cooperação com o ICMBio,  
264 permitindo uma ação de apoio aos Parques mais ágil nestas situações. Deonir concordou,  
265 dizendo que é preciso que a direção da APARADOSTUR articule com o gestor dos Parques a  
266 formalização de um Termo de Reciprocidade entre as duas instituições. Diante dos  
267 questionamentos, Deonir esclareceu que qualquer pessoa jurídica pode estabelecer um Termo de  
268 Reciprocidade com o ICMBio, já para empresas talvez o documento não se chame “termo de  
269 reciprocidade”, mas “convênio” ou outro instrumento jurídico semelhante. Andrews relatou que  
270 questionou sobre isto porque no dia seguinte os guias de Cambará do Sul/RS e algumas empresas



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

271 realizariam uma ação do tipo mutirão no Parque Nacional da Serra Geral, para eliminar pinus  
272 que estavam nascendo dentro da área do Parque. Ele lembrou aos presentes que entre as ações  
273 que vem sendo cobradas pelo Ministério Público está a erradicação de espécies exóticas  
274 invasoras de dentro do território dos dois Parques Nacionais. Andrews citou que está é uma ação  
275 que poderia estar dentro de um termo de reciprocidade entre as Associações de Condutores e o  
276 ICMBio, bem como ter um cronograma para acontecer todos os anos. Ficou acordado que os  
277 analistas dos Parques apresentarão posteriormente aos conselheiros e entidades quais são os  
278 passos necessários para formalizar um Termo de Reciprocidade, um Convênio ou um Termo de  
279 Cooperação com o ICMBio. Deonir então seguiu informando aos presentes que todo o recurso de  
280 Compensação Ambiental previsto para aplicação nos dois Parques Nacionais foi redirecionado  
281 para o Tesouro Nacional, ou seja, o dinheiro que estava depositado no Fundo de Compensação  
282 Ambiental na Caixa Econômica Federal foi recolhido para o Caixa Único da União. Discutiu-se  
283 entre os presentes sobre a legalidade ou não do redirecionamento deste recurso, que em tese, foi  
284 recolhido com uma finalidade legal definida, tanto que para isto foi criado um Fundo específico  
285 para seu recolhimento, bem como é regido por normas legais que definem a exclusividade da  
286 aplicação/destinação destes recursos de Compensação Ambiental. Discutiu-se sobre a  
287 possibilidade deste redirecionamento constituir ou não um desvio de finalidade no uso do recurso  
288 público, o que constituiria um crime de responsabilidade fiscal ou crime contra a Administração  
289 Pública. Questionado pelos presentes, Deonir informou que entre os recursos de compensação  
290 que foram redirecionados estava um montante de cerca de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)  
291 que deveriam ser utilizados para obras e reformas nos dois parques nacionais e cerca de  
292 R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para uso em regularização fundiária (pagamento de  
293 indenizações por desapropriação de terras dentro do território dos parques nacionais). Os  
294 conselheiros questionaram se seria possível comunicar o Ministério Público Federal quanto aos  
295 danos que este redirecionamento de recursos de compensação causaria à implementação dos dois  
296 Parques Nacionais. Foi ponderado pelos presentes que os três municípios com área dentro dos  
297 parques possuem cerca de 30.000 habitantes e que estes dependem do funcionamento destes  
298 parques para direta ou indiretamente gerarem sua renda. Na sequência, visando trabalhar para  
299 tentar reverter a decisão do Governo Federal e garantir que os recursos de compensação  
300 previamente previstos para aplicação nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra  
301 Geral sejam efetivamente aplicados nestas Unidades de Conservação, foram propostas e  
302 aprovadas pelos conselheiros as seguintes Resoluções do Conselho Consultivo dos Parques:  
303 *“Resolução 1 AGO 13/06/2016 – O gestor dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da*  
304 *Serra Geral deverá: (a) informar ao Conselho Consultivo o montante dos recursos de*  
305 *compensação ambiental que estavam inicialmente disponíveis para a execução de atividades de*  
306 *implementação e de gestão nos dois Parques e para uso na regularização fundiária nos dois*  
307 *Parques, (b) informar qual foi a destinação dada a estes recursos”;* *“Resolução 2 AGO*  
308 *13/06/2016 – O gestor dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral deverá,*  
309 *em nome deste Conselho, informar aos conselhos gestores das demais Unidades de Conservação*  
310 *Federais sobre a decisão contida na Resolução 1 AGO 13/06/2016, sugerindo que os mesmos*  
311 *adotem medidas similares.”.* Foi discutida a possibilidade de que, em tendo sido movimentados  
312 recursos do Fundo de Compensação Ambiental para o Caixa Único da União, ter havido crime  
313 contra a Administração Pública quanto a “desvio de finalidade de uso de recurso público” e que  
314 esta situação (a suspeita de ter ocorrido um crime, ainda que administrativo) deveria ser  
315 denunciada ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal para que



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA – PNAS  
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL – PNSG

ATA DA 47ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DO PNAS E DO PNSG,  
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016.

316 investiguem se este crime ocorreu ou não e, em caso positivo, punam os responsáveis, bem como  
317 garantam através da Justiça a devolução dos recursos para o referido Fundo. Os conselheiros  
318 presentes entenderam que é importante provocar os outros Conselhos gestores de unidades de  
319 conservação federais para que também questionem junto ao Ministério Público e ao Tribunal de  
320 Contas da União sobre a mudança na destinação dos recursos de Compensação Ambiental,  
321 ficando acordado que, na próxima Assembleia Geral Ordinária deste Conselho após a  
322 apresentação e análise dos dados solicitados através da Resolução 1 AGO 13/06/2016, as  
323 instituições membro deste conselho irão decidir qual a melhor forma de encaminhar denúncia ou  
324 solicitação de investigação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União. Em relação  
325 à demanda dos conselheiros de que seja efetivada a revisão do Plano de Manejo dos Parques  
326 Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, foi proposta e aprovada pelos conselheiros a  
327 seguinte Resolução do Conselho Consultivo dos Parques: “Resolução 3 AGO 13/06/2016 – O  
328 gestor dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral deverá informar a este  
329 conselho o cronograma das atividades e o plano de trabalho da equipe instituída por ordem de  
330 serviço para a revisão do plano de manejo das duas Unidades de Conservação.” Conforme  
331 defendido por Andrews, a necessidade de estabelecer e dar conhecimento ao conselho tanto do  
332 plano de atividades quanto do cronograma de trabalho, tem por finalidade evitar que esta revisão  
333 se arraste por anos até ser concluída. Eduardo Benardino argumentou que, a todo momento, os  
334 parques correm o risco de perder alguma coisa, ou serviços, ou recursos, ou servidores (ainda  
335 que terceirizados), e que a Associação (APARADOSTUR) precisa funcionar, vender camisetas,  
336 bonés, vender produtos dentro dos empreendimentos, além de captar recursos para auxiliar no  
337 funcionamento dos Parques, pois entende que estas duas UCs compõem a medula das atividades  
338 econômicas nos municípios que fazem parte da associação. Brugnera reforçou a importância de  
339 estabelecer um termo de cooperação entre ICMBio e APARADOSTUR, pois auxiliar os parques  
340 é um dos grandes objetivos da associação. Eduardo complementou dizendo que a crise  
341 econômica tem favorecido o turismo doméstico e o aumento de turistas na região tem  
342 contribuído para a geração de renda na região, trazendo um potencial para venda de produtos  
343 (souvenires) cuja renda pode ajudar a melhorar ou a manter os serviços oferecidos nos parques.  
344 Eduardo ressaltou a necessidade de agilizar o funcionamento da APARADOSTUR o quanto  
345 antes, pois permitirá implantar uma nova fonte de arrecadação de recursos que poderão auxiliar  
346 na manutenção dos serviços dos parques. Deonir falou sobre a necessidade de ser estabelecido  
347 um Termo de Reciprocidade entre a APARADOSTUR e o ICMBio, esclarecendo que o pedido  
348 de formalização deste Termo deve partir da Associação através de envio de ofício em que  
349 expresse ao ICMBio este interesse. Ele também reforçou a importância de que cada Prefeitura  
350 firme um Termo de Reciprocidade com o ICMBio visando dar amparo legal e agilidade a futuras  
351 ações emergenciais destas prefeituras junto aos dois Parques Nacionais. Concluída esta pauta,  
352 passou-se a discutir o assunto seguinte [4] **Assuntos Gerais** – O Sr. Andrews solicitou que em  
353 setembro, durante a próxima Assembleia Geral Ordinária deste conselho, seja apresentado um  
354 Relatório atualizado da situação da Regularização Fundiária dos dois Parques Nacionais. Não  
355 havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e para constar, eu, Eridiane  
356 Lopes da Silva, Analista Ambiental, lavrei a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo  
357 Senhor Presidente juntamente com os Conselheiros presentes.